

A MARINHA
E A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES

António Emílio Ferraz Sacchetti

Vice-Almirante

Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia
Edições Culturais da Marinha
LISBOA

O Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE) foi criado pelo Despacho n.º 43/99 de 1 de Julho, na directa dependência do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, competindo-lhe promover e desenvolver estudos na área da Estratégia e do Poder Naval, quer a nível nacional quer a nível internacional. Compete-lhe ainda propor a publicação e divulgação de trabalhos sobre aquelas matérias. Para esse efeito, os trabalhos serão publicados nos *Cadernos Navais*, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

TÍTULO:
Cadernos Navais

NÚMERO/ANO:
1/2002

EDIÇÃO:
Comissão Cultural da Marinha
Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE)

ISBN 972-8004-51-6

Depósito Legal n.º 183 119/02

Tiragem: 1000 exemplares

EXECUÇÃO GRÁFICA:

ACMA — *Artes Gráficas, eni*

A MARINHA E A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES ¹

1. Introdução

*Se queremos que tudo
continue como está, é preciso
mudar tudo ².*

O ataque de 11 de Setembro de 2001 a Nova Iorque e Washington, tal como qualquer outra grande manifestação da violência humana, provocou profundo choque, grande perplexidade, maiores incertezas, temores e uma decidida reacção acompanhada da definição de novos conceitos, do reordenamento de prioridades, de mudanças nas alianças e nos antagonismos.

Tal como acontece com os fenómenos da natureza, o que consideramos imutável e impensável, quando acontece, é a catástrofe.

Na realidade, o processo de mudança iniciado com a queda do Muro de Berlim sofreu, não só uma nova aceleração como também uma reorientação. No âmbito da polemologia e do emprego do poder militar a favor da política externa dos Estados ou das políticas globais multiplicam-se os ensaios tentando descrever as profundas alterações em curso, tão profundas que merecem a classificação de revolucionárias: "Revolução

¹ Desenvolvimento de uma comunicação apresentada num Encontro de Reflexão promovido pela "Revista Militar" em 5 e 6 de Junho de 2002.

As citações das revistas "The National Interest", "Foreign Affairs", "Newsweek" e da Internet, são traduções da responsabilidade do autor deste ensaio.

² Tomasi di Lampedusa, Giuseppe, **O Leopardo**, Presença, 1995, p. 33.

na Arte da Guerra”, “Revolução nos Assuntos Militares” (Revolution in Military Affairs – RMA), etc..

Mesmo limitando as análises aos aspectos geopolíticos e estratégicos, será sempre descabido estabelecer comparações entre os grandes acontecimentos humanos, tão diferentes eles são na sua natureza e distantes na época em que ocorreram.

No entanto, poderão eleger-se quatro fenómenos dos últimos 57 anos que, cada um em sua época, nos “garantiram” que “nada mais poderia ficar na mesma”.

Foram eles as duas explosões nucleares sobre o Japão em 6 e 9 de Agosto de 1945, a chegada dos dois primeiros homens à Lua em 21 de Julho de 1969, a queda do Muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989 marcando o fim da bipolarização política mundial e, por último, o ataque terrorista a Nova Iorque e Washington, de 11 de Setembro de 2001.

Para nós, portugueses, há mais dois fenómenos ponderosos: a Revolução de Abril de 1974 a que está ligado o fim do Império e a participação ao lado da Espanha em todas as organizações internacionais de defesa e segurança.

Se a este acontecimentos juntarmos ainda a limitação voluntária da soberania e a coordenação exterior da política externa dos Estados, reunimos uma vasta série de ‘factos novos’ em relação aos quais não há experiência anterior.

Não podemos deixar de estar atentos aos ventos da mudança.

Mas, se por um lado estamos a pôr em causa o pensamento antigo que afirmava “tudo já existiu uma vez” e defendemos, como Franz Kreuzer³, que “nada existiu ainda”, devemos também, por outro lado, ter em atenção o que escreveu o especialista em história militar Cyril Falls, na altura em que se estudavam as consequências tremendas da entrada do factor nuclear na polemologia:

Os observadores descrevem constantemente a arte da guerra da sua própria época como uma quebra revolucionária no progresso normal dos métodos de fazer a guerra. As selecções que fazem da sua própria época têm que pôr os

³ Franz Kreuzer escreveu, em 1983: *Nada é mais falso do que o “tudo já existiu uma vez” de ben Akiba. O contrário é verdadeiro: “nada existiu ainda”.* Recorde-se a velha polémica, “a História repete-se”, “a História não se repete”.

leitores e os ouvintes em guarda... É uma falácia, devido à ignorância da história militar, tecnológica e tática, supor que os métodos de fazer a guerra não tiveram um contínuo, e na generalidade, um progresso razoavelmente regular ⁴.

Um progresso regular e constante, sim, mas agora talvez em movimento acelerado mais do que contínuo.

Certamente que não pretendemos que tudo continue como está, mas também não deverá ser preciso mudar tudo.

O facto de surgirem novos problemas não significa que eles sejam dominantes ou que perdurem, nem tão pouco que os problemas antigos tenham desaparecido.

Não restam dúvidas que os Estados Unidos da América estão isolados na vanguarda do desenvolvimento tecnológico, de um desenvolvimento que avança a ritmo sempre mais e mais acelerado.

É urgente e importante estudar e debater o assunto, de forma decidida, em profundidade mas também com prudência, de modo a compreender a mudança e a avaliar as consequências para as restantes potências, nomeadamente para as pequenas potências como Portugal.

Um dos maiores perigos e tentações, em tempos de crise e de mudanças rápidas, consiste em não ser suficientemente radical, devido à falta de paciência e de profundidade, ambas necessárias para se chegar ao cerne da questão. Referimo-nos ao perigo da banalidade, de ficarmos pela superfície das coisas e dos factos e de nos darmos por satisfeitos com estatísticas e um certo tipo de descrições sociológicas ⁵.

⁴ Falls, Cyril, **A Hundred Years of War, 1850-1950**, publicada em 1953 e citado por Cohen, Eliot A., *A Revolution in Warfare*, **Foreign Affairs**, Nova Iorque, MAR/ABR96, p. 38.

⁵ Panikkar, Raimon, **A Trindade**, Lisboa, Notícias Editorial, 1.ª ed., Fevereiro 1999, p. 24.

2.

Os Estados Unidos e a Europa. O fosso das capacidades

Uma das preocupações que frequentemente tem sido manifestada refere-se ao facto de, *na área militar, a Europa não pode(r) nem deve(r) competir com o poder de fogo americano* ⁶.

O verbo “competir” é aqui usado em relação à capacidade de projectar poder e ao valor dessa capacidade, não no sentido de competição económica e industrial, como por vezes é também referido.

A Europa não pode competir com os Estados Unidos e muito menos pensa que poderá ter que combater contra os Estados Unidos.

Nas análises político militares no seio dos aliados europeus, os Estados Unidos da América são, quase invariavelmente, o padrão para a definição das capacidades militares europeias e dos comportamentos de natureza político militares.

Mas, por outro lado, os Estados Unidos são reconhecidos como a única superpotência da passagem do milénio, imparável na vanguarda da tecnologia e desenvolvendo uma estratégia e uma hegemonia globais que a Europa não pode disputar e, claramente, não tem vontade política nem intenção de o fazer. Será contraditório pretender que esta já designada hiperpotência seja o padrão para aferir a capacidade de Portugal ou mesmo de uma grande potência europeia.

Ora, se excluirmos os Estados Unidos, em nenhuma outra parte do mundo a Europa encontrará capacidade militar que se lhe possa

⁶ Monjardino, Miguel, *Adeus às Armas ?*, **Diário de Notícias**, 20 de Abril de 2002.

equiparar, mesmo de longe, seja qual for a vertente considerada — valor humano, volume de meios e tecnologia.

E quando *George Robertson, Secretário-Geral da NATO*, avisou recentemente que a Europa tem de escolher entre “a modernização e a marginalização”⁷, tal será verdade, mas, mais uma vez, apenas no seio da própria NATO, entre os aliados da Europa e os Estados Unidos.

Esta “marginalização” poderá ter um significado importante mas muito limitado. Deverá significar que, tal como aconteceu recentemente no Afeganistão, num conflito contra um pretense Estado ou uma organização de reduzido poder, os Estados Unidos podem agir dispensando a Europa, mas a Europa não poderá, em muitos casos, dispensar os Estados Unidos.

O mesmo Secretário-Geral da NATO, num discurso proferido quando da criação da “Nova Agenda de Defesa”, em 17 de Maio de 2002, admitindo como natural e inevitável “fosso de capacidades”, indicou os aspectos sobre os quais deviam incidir as atenções dos aliados europeus:

*... embora as capacidades dos Estados Unidos e dos Aliados não sejam necessariamente comparáveis, no que se refere à força global, elas deverão, no entanto, ser compatíveis, complementares e satisfazer a interoperabilidade*⁸.

A NATO manifestou unanimemente a sua solidariedade e apoiou os Estados Unidos na luta global contra o terrorismo iniciada em consequência do ataque de 11 de Setembro de 2001 a Nova Iorque e a Washington. Mas, quando chegou a altura de preparar a intervenção militar no Afeganistão, não foi sequer admitida politicamente a possibilidade de a NATO participar, como Organização. Cada um dos países membros tomou a decisão política que entendeu, e os que cooperaram na acção militar integraram-se numa coligação muito vasta, informal, não convocada por nenhuma organização internacional mas claramente liderada pelos Estados Unidos. E fizeram-no a par de outras nações de outras áreas geográficas e com capacidades militares muito

⁷ Monjardino, Miguel, op. cit..

⁸ Lord Robertson, *Defence and Security in an Uncertain World*, Bruxelas, 17 de Maio de 2002. A “Nova Agenda de Defesa”, criada nesta data, é um fórum comum NATO-EU para discussão de matérias de defesa; <http://www.nato.int/docu/update/2002/0513/e0517a.htm> .

inferiores às dos países europeus. O que pesou foi a decisão política e não a capacidade militar.

Se a “revolução nos assuntos militares” está a desenvolver-se a um ritmo vertiginoso, só as principais potências da União Europeia poderão acompanhar de perto essa revolução e, por certo, o fosso tecnológico entre a Europa e o resto do mundo será cada vez mais profundo, comparado com aquele que separa a Europa dos Estados Unidos.

Aliás, como fez notar Jamie Shea, Director de Informação e Imprensa da NATO ⁹, o sucesso do Afeganistão foi o casamento da antiga tecnologia com a nova tecnologia: foram usadas forças especiais a cavalo, muitos alvos para a aviação e para os mísseis foram indicados por homens no terreno e não por detecção electrónica ou por satélite ¹⁰, o B52 teve mais êxito do que o B2, e os aviões “Nimrod” e “Canberra” do Reino Unido foram, além das forças especiais, os heróis britânicos.

Mas os Estados Unidos também não deixam de se preocupar pelo facto de o fosso tecnológico que os separa dos outros países poder não ser assim tão profundo nem tão duradouro. É o caso de Andrew Krepinevich que lançou um alerta, escrevendo:

Os Estados Unidos deveriam prever que em breve poderão surgir um ou mais competidores procurando explorar os rápidos e dramáticos desenvolvimentos do potencial militar que se aproxima. Recordando que os monopólios são transitórios, os Estados Unidos deveriam pensar no modo como evitar tal competição ou como a protelar o mais possível. Ou como a vencer, se necessário.

(...) De modo algum poderemos considerar como certo que os competidores sigam o trilho dos Estados Unidos. Diferentes requisitos e objectivos de segurança, culturas estratégicas, posturas geoestratégicas e situações económicas

⁹ Shea, Jamie, Director de Informação e de Imprensa da NATO, em conferência proferida na Embaixada do Reino Unido, em Lisboa, 24 de Maio de 2002.

¹⁰ No Afeganistão, o mais mortal incidente para os aliados (três soldados das forças especiais mortos e 20 feridos) foi devido a erro, por ignorância de um soldado ao mudar as baterias de um equipamento GPS, o que encaminhou uma “bomba inteligente” para o posto de comando do seu batalhão. Ele não sabia que o GPS, ao reiniciar o funcionamento, após interrupção para mudança de bateria, voltava a indicar a sua própria posição. Cit. ‘*Friendly fire’ deaths traced to battery*, The Washington Post, citado por **News & Record**, 24 de Março de 2002.

certamente que irão conduzir os competidores segundo diferentes direcções. Àqueles que acreditam que, atendendo à nossa vantagem actual, esta revolução militar progredirá apenas ao ritmo e na direcção que os Estados Unidos decidirem dar-lhe, a história sugere-lhes que esta é uma perigosa ilusão ¹¹.

¹¹ Krepinevich, Andrew F., *Cavalry to Computer*, **The National Interest**, Washington, n.º 37, Fall 1994, pp. 41 e 42.

3.

Os Estados Unidos e a Europa. O fosso da credibilidade

A Europa não pode ser considerada assim tão “incapacitada” militarmente, embora tenha que acelerar o passo, no caminho da modernização.

Julgo que a maior preocupação da Europa reside na dificuldade, quase impossibilidade, de definir objectivos políticos de defesa colectiva, de elaborar um Livro Branco de Defesa ou até, já no nível sequente, de definir um “conceito estratégico de defesa e de segurança comuns”.

Esse conceito estratégico estabeleceria as aspirações e prioridades estratégicas comuns, que não deverão afastar-se muito das questões fundamentais seguintes:

- Segurança e estabilidade na fronteira europeia, nomeadamente, nos dias de hoje, nos Balcãs e na bacia do Mediterrâneo;
- Participação nas acções para a manutenção da paz promovidas pelas Nações Unidas;
- Intervenções em conflitos internacionais, a decidir caso a caso de acordo com as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e em cooperação com os Estados Unidos.

Para isso era preciso criar, porque não existe, uma vontade de encontrar consensos em matéria de defesa e de segurança ou, mais genericamente, de política externa.

Dominique Moisi justifica esta e outras fraquezas do processo da construção europeia porque “não sabemos que tipo de Europa queremos e não estamos dispostos a sacrificar uma parte da nossa soberania e da nossa entidade em favor dessa Europa”¹².

Mas não será esta a única razão. Nesta época de grandes transformações políticas, económicas, sociais e militares, sente-se uma falta de liderança confrangedora, uma falta de vultos que apontem o caminho do futuro, que façam renascer a esperança de podermos participar na construção de algo de bom para o homem e para a sociedade. Há uma diferença enorme entre a Europa de hoje e a Europa em reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, período em que vários vultos se celebrizaram ao imaginar e criar estruturas europeias e ocidentais que ainda hoje mantêm o seu valor.

Peter Suntherland, experiente político e ex-Comissário Europeu, em declarações muito recentes foi bastante claro ao definir esta dificuldade europeia:

Em termos europeus, o que precisamos é de uma combinação de líderes com uma visão mais inspirada que aquela que parece existir presentemente. O exemplo mais óbvio é a área da Política Externa e Defesa.

... É curioso notar que os Ministérios do Negócios Estrangeiros europeus sempre foram muito positivos e construtivos com a criação da moeda única. Não se importaram com a abolição do papel dos bancos centrais. Mas, quando se fala de política externa ou de defesa, já não se mostram tão interessados nessa dinâmica¹³.

Mas, neste aspecto, não será profunda a diferença entre a Europa e os Estados Unidos da América, se partilharmos da opinião do Dr. Henry Kissinger, quando se refere à geração norte-americana nascida depois de 1960:

Aquela geração ainda não evidenciou líderes capazes de apontar um projecto para uma política externa consistente

¹² Moisi, Dominique, Director adjunto do IFRI (França), entrevista ao **Diário de Notícias**, 17 de Maio de 2002, p. 14

¹³ Suntherland, Peter, entrevista ao **Diário de Notícias**, 17 de Junho de 2002, p. 8.

e de longo alcance. Na verdade, muitos deles questionam mesmo se precisaremos de qualquer política externa. No mundo económico globalizado, a geração do pós-Guerra Fria olha para a Wall Street ou para Silicon Valley do mesmo modo como os seus pais olhavam para o serviço público em Washington. Isto reflecte a prioridade que vem sendo atribuída à actividade económica face à actividade política ¹⁴.

De qualquer modo, o papel da Europa no cada vez mais complexo sistema político das relações internacionais tem perdido credibilidade muito acentuadamente. E este fosso de credibilidade entre a Europa e os Estados Unidos é bem mais importante do que o fosso existente no âmbito das capacidades ou dos conceitos.

Por um lado, há uma tradição que ainda não foi vencida, se é que deve ser sequer questionada, que mantém a defesa, para cada Estado, como o garante da sua independência nacional, da integridade da sua população e do seu território, em resumo, como um importante pilar da soberania e o garante da sobrevivência da Nação.

A defesa nacional sempre foi a actividade mais individualizada de cada Estado, a mais reservada, algo que nunca se subordinou a ditames externos, excepto quando dobrada pela derrota.

Será penoso acabar com esta tradição embora a integração europeia exija uma nova maneira de pensar.

Por outro lado, na região euro-atlântica em que Portugal está inserido fala-se hoje de complementaridade das capacidades de defesa dos membros da comunidade ou das alianças internacionais, como princípio de eficiência e também de economia.

Considera-se mesmo que determinados aspectos da modernização e da aquisição de novas capacidades só são possíveis de concretização numa atitude de divisão de competências e de responsabilidades, e mais ainda, de divisão de trabalho estratégico.

Porém, nenhum país aceita facilmente este princípio, se tal o obrigar a desistir de criar uma capacidade de defesa própria, equilibrada e autónoma.

Primeiro, pela tradição e espírito nacional já referidos.

¹⁴ Kissinger, Henry A., *America at the Apex — Empire or Leader ?*, **The National Interest**,

Segundo, pelo desequilíbrio que sofreriam as capacidades militares nacionais e pela dificuldade em chegar a acordo, a nível comunitário, sobre a distribuição das capacidades complementares ou, o que é o mesmo, sobre a atribuição a cada país membro da responsabilidade, partilhada ou não, pela aquisição dos meios necessários à constituição daquelas capacidades.

Terceiro, porque todos os países definem interesses nacionais que não serão ou não deverão ser considerados interesses comuns e que poderão exigir uma intervenção individualizada em áreas que também não são de interesse comum. Já aconteceu a Portugal na Guiné, também na fase inicial da preparação da independência de Timor, e nos preparativos para enfrentar o que poderia ter acontecido na região do Congo.

Em resumo: em matéria de defesa os membros da União Europeia continuam a pensar individualmente mas gostariam de actuar conjuntamente. O alargamento da União Europeia poderá complicar ainda mais a procura de uma solução consensual para esta dificuldade.

Washington, n.º 64, Summer 2001, pp. 16 e 17.

4.

Os Estados Unidos e a Europa. O fosso conceptual

Outro tema que vem sendo referido como preocupante é o facto de haver um “fosso conceptual” entre os Estados Unidos e a Europa, que se mostrou evidente na acção desenvolvida no Afeganistão.

Não creio.

Primeiro, porque os Estados Unidos da América têm vindo a ensaiar um novo conceito de intervenção militar no Afeganistão e, mesmo para os próprios Estados Unidos, são muitas as lições que ainda estão a recolher e que até foram influenciando, dia a dia, o desenvolvimento das operações. E os Estados Unidos não estão sozinhos nesta campanha. Países aliados europeus, como a França, o Reino Unido e a Alemanha, partilham, ao mesmo tempo, da mesma experiência. Adquirem o mesmo conhecimento e participam na definição dos novos conceitos que logo são divulgados e estudados na NATO.

Segundo, porque o tipo de operações militares realizadas no Afeganistão não terá muitas possibilidades de se repetir, em tão diversos aspectos como o ambiente geográfico, a recriação e intensificação de uma guerra civil a partir do apoio a uma das partes, as características do poder militar exclusivamente terrestre que a coligação enfrentou, a desorganização e dispersão das forças a combater e aniquilar, etc..

Terceiro, porque o papel do Reino Unido na construção da estrutura conceptual da defesa do Ocidente sempre foi importante. Foi mesmo decisiva no início da vida da NATO. Os Estados Unidos poderão não ouvir a

Europa, como diz Dominique Moisi ¹⁵, mas certamente que apreciam a colaboração britânica.

Em qualquer época, nunca constituiu problema o acompanhamento do desenvolvimento dos conceitos e dos princípios da guerra. O problema reside no facto de a adopção de alguns conceitos estar absolutamente dependente da existência de capacidades e de tecnologias muito avançadas ou especializadas. Acabamos por cair na situação analisada no parágrafo dois.

¹⁵ Moisi, Dominique, entrevista citada.

5.

O controlo político das operações militares

O controlo político do desenvolvimento das operações terrestres até ao tempo de Napoleão não constituía problema porque, normalmente, o responsável pelas decisões políticas era o próprio comandante militar ou, pelo menos, ele estava presente, nas proximidades do teatro de operações.

Já o mesmo não acontecia na guerra no mar, onde parece não haver registo histórico da presença do responsável político nas esquadras ou navios que se envolviam nas batalhas navais. Esta teria sido mais uma das circunstâncias que contribuiu para aumentar a responsabilidade que tradicionalmente recaía sobre o comandante das unidades navais. Na paz tal como na guerra ele teria que decidir, e julgar, sozinho.

O controlo político das operações militares teve início com o aparecimento do telégrafo. E, como é natural, esse controlo começou de uma forma muito pouco consistente, mais dirigido à satisfação da ansiedade por notícias e a uma eventual alteração de objectivos políticos do que a uma real tentativa de controlo político da guerra.

Foi nos quatro anos da Guerra da Secessão dos Estados Unidos, de 1861 a 1865, que se ensaiaram os novos sistemas de comunicações: a mecanização de alguns meios de guerra, o comboio e o telégrafo.

Com o desenvolvimento das comunicações rádio intensificou-se o controlo político das operações militares. Porém, enquanto o objectivo da guerra foi a vitória sobre o inimigo, ainda se deixou ao chefe militar a

decisão sobre o desenvolvimento das batalhas que deveriam permitir a consecução daquele objectivo último.

Mais recentemente, durante a guerra das Falkland (2 de Abril a 14 de Junho de 1982), a senhora Margaret Thatcher comparecia diariamente no seu gabinete de crises para acompanhar *pari passu* as acções militares que se desenrolavam a mais de sete mil milhas de distância e para tomar as suas decisões.

Hoje, a internacionalização dos conflitos, os esforços para os conter como conflitos de baixa intensidade, a definição para os conflitos de objectivos políticos diferentes do da vitória, a utilização frequente da força militar na preservação ou imposição da paz, o propósito humanitário de muitas intervenções, a manifestação constante das opiniões públicas sobre os conflitos e as pressões que exercem sobre os governos, são muitas das razões pelas quais os políticos exigem o controlo permanente das operações militares.

Por último, as novas tecnologias não só permitem ao comandante militar dominar simultaneamente vários teatros de operações distantes entre si (um exemplo poderá ser o "sistema dos sistemas" proposto pelo Almirante Owens que será referido mais tarde, no capítulo oito), como permitem ao responsável político o diálogo permanente com o comandante operacional.

Este contacto directo e constante tem ainda a vantagem de permitir ao político ter mais correcto conhecimento das consequências militares das suas decisões, e ao militar orientar mais facilmente a sua acção no rigoroso cumprimento dos objectivos políticos. Será esta, na realidade, uma das mais profundas alterações na utilização do factor militar.

Tudo isto facilita e convida o político a usar, cada vez mais, a força militar como instrumento da sua acção política.

6.

A militarização da política externa norte-americana

*Diplomacia sem armas é
música sem instrumentos*

Frederico II ¹⁶

*Diplomacia e força são
duas faces da mesma moeda*

Bill Clinton ¹⁷

O facto de se considerar afastado o receio de guerra generalizada parece favorecer o recurso fácil ao factor militar para a resolução de situações politicamente insustentáveis e de solução através do diálogo aparentemente impossível ¹⁸.

O emprego constante da capacidade militar pelos Estados Unidos tem vindo a militarizar a sua política externa, a partir de meados de 1998.

Os Estados Unidos pretendem que as suas acções militares tenham objectivos claros e justificados, sejam rápidas, pontuais, e que “valham a pena” face aos fins a atingir. Esses fins estão normalmente relacionados com a resolução de situações inaceitáveis para o mundo civilizado,

¹⁶ Frederico II, o Grande, Imperador da Prússia (n. Berlim 1712 — f. Postdam 1786) viveu no Século das Luzes, antes do aparecimento dos textos modernos sobre Estratégia e Arte da Guerra.

¹⁷ Bill Clinton, Presidente dos Estados Unidos, num discurso proferido em Janeiro de 1998 na National Defense University, citado por Bacevich, Andrew J., *Policing Utopia*, **The National Interest**, Washington, Summer 1999, p.5.

¹⁸ Cf. Bacevich, Andrew J., *op. cit.*, p. 5.

entenda-se cultura ocidental, e para a potência que se considera guardiã dos seus valores.

Se nós não assumirmos a liderança internacional, não haverá nenhum outro país que possa ou queira liderar em nosso lugar, com uma tão construtiva e positiva influência ¹⁹.

Washington não é apenas a capital do país, nem só a do “Ocidente”; é também — pelo menos por mais algumas décadas — a capital de uma ampla ordem global ²⁰.

Assim, parecendo agir no cumprimento de uma missão superior, o Presidente Bush reassume o “*destino manifesto*” dos Estados Unidos da América. Afirmou em Abril de 2002:

Somos inundados de verdades que nunca pomos em causa: ‘o mal’ é uma realidade e devemos combatê-lo ²¹.

Em 1947, na defesa dos valores ocidentais contra a expansão do comunismo soviético, os Estados Unidos usaram simultaneamente a força e o apoio económico, através da Doutrina Truman (12 de Março de 1947) e do plano Marshall (5 de Junho de 1947).

Hoje, continuam a pensar que a força militar tem que acompanhar e dar apoio à projecção dos valores que elegeram. Observando as últimas intervenções dos Estados Unidos, nomeadamente nos Balcãs, Richard Betts conclui:

Se a projecção da força moral não for apoiada pela força material, decisiva e não hesitante, a intervenção arrisca-se a ser ineficaz e a provocar embaraços ²².

E o autor pensa que os Estados Unidos, para consolidarem nos Balcãs o seu propósito moral, terão que ali prolongar a sua presença. Certamente que poderá dizer-se o mesmo em relação ao Afeganistão.

Há a acrescentar que a actual guerra global contra o terrorismo internacional veio reforçar aquela tendência para o emprego da força militar, por duas razões justificáveis: a primeira porque não se encontram

¹⁹ Secretário de Estado Adjunto Strobe Talbott, citado por Bacewich, Andrew J., op. cit., p. 10.

²⁰ Ikenberry, G. John, *Getting Hegemony Right*, **The National Interest**, Washington, n.º 63, Spring 2001, p. 23).

²¹ Mufson, Steven, *O Mundo Segundo George Bush*, **Público**, 18 de Abril de 2002.

interlocutores no lado dos terroristas; a segunda, porque mesmo que eles existissem é consensual que não se negoceia com terroristas.

Mesmo em relação aos Estados que dão abrigo ou apoio a organizações terroristas são usadas mais as sanções e a coacção do que o diálogo diplomático.

²² Betts, Richard K., *The Lesser Evil*, **The National Interest**, Washington, n.º 64, Summer 2001, p. 64.

7.

Para além da Região Euro-Atlântica

Muitos dos actos terroristas podem parecer *actos de desespero* e os analistas que vivem em ambiente democrático frequentemente assim os têm classificado.

Estes actos são praticados por grupos minoritários fortemente contestatários, mesmo revoltados e extremistas, que não têm capacidade para alterar a situação que condenam ou para influenciar as decisões de modo favorável às suas causas.

Os ataques de 11 de Setembro de 2001 vieram dar uma nova dimensão ao terrorismo. Passou de “uma arma” esporadicamente usada durante uma luta com objectivos ideológicos, políticos, religiosos ou sociais, para o uso sistemático como forma de fazer a guerra contra um Estado ou Estados claramente apontados como inimigos.

É a arma de quem tem algum poder mas não tem capacidade nem legitimidade para organizar e usar meios militares que possam enfrentar as Forças Armadas de qualquer potência internacionalmente reconhecida. Os terroristas que foram acusados de conceber e realizar os ataques de 11 de Setembro parecem pertencer a uma organização mais vasta e bem mais estruturada do que se supunha, preparada exclusivamente para esta forma de guerra. É a maneira possível do fraco fazer guerra ao forte. Recorre ao que está ao seu alcance, e usa a imaginação, a surpresa, a insídia.

O terrorismo é global e a luta contra o terrorismo tem que ser global. Para isso é preciso manter a coligação.

Mas a acção contra o terrorismo deve prolongar-se no tempo, tendo por base o desenvolvimento e a cooperação dos serviços de informações, de modo a permitir o planeamento de operações com objectivos muito precisos e limitados, de características mais policiais do que militares.

No entanto, o Presidente Bush, ao falar à Nação no dia 17 de Abril de 2002, no discurso em que identificou o 'eixo do mal', referiu que estavam a caçar os assassinos **um a um** e que a Al Qaeda de Osama ben Laden foi o **primeiro** a cair na guerra contra o terror ²³.

A longo prazo, é necessário atacar o terrorismo e as causas do terrorismo, e não será através do emprego das Forças Armadas que se conseguirá a eliminação do terrorismo.

Por outro lado, esta guerra pode tornar-se tão difusa pela dificuldade em definir objectivos e antagonistas que certamente dificultará a elaboração de uma estratégia clara, o que poderá pôr em causa a solidariedade dos actuais aliados levando-os a reavaliar a sua legitimidade.

O sucesso da luta contra o terrorismo europeu (italiano e alemão) da década de 70, por um lado, e as dificuldades em eliminar a Al Qaeda, por outro lado, mostram que é mais importante apanhar o líder da organização do que a própria organização.

Os americanos eliminaram 20 % dos talibãs no Afeganistão e desbarataram os restantes, mas a ameaça continua desde que os dois líderes tenham liberdade para fazer renascer a organização. O recrutamento é fácil.

Contudo não se deverá admitir que esta guerra quase universal contra o terrorismo global se apresente como paradigma das guerras futuras.

Embora as guerras convencionais ²⁴ sejam, temporariamente, menos prováveis, elas fazem parte de cenários que não podem ser postos de lado nem devem ser esquecidos.

²³ Ribeiro, Pedro, *Guerra ao terrorismo 'está longe do fim'*, **Público**, 18 de Abril de 2002 (sublinhado acrescentado).

²⁴ Nesta análise, entende-se por "guerras convencionais" as guerras travadas entre forças armadas de países inimigos, entre exércitos em representação de uma bandeira que travam batalhas sucessivas na busca da vitória, tal como aconteceu ou se pretendia que acontecesse nas principais guerras do século XX: I e II Guerras Mundiais, guerra da Coreia, guerra do Vietname, guerra Irão-Iraque, etc.

Na verdade, será perigoso afastar a hipótese de uma guerra convencional entre potências de segunda ou terceira grandeza, como a Índia, Paquistão, Rússia, China, Taiwan, Coreias, etc..

A Ásia, toda a Ásia é um continente com variados focos de grave instabilidade: conflito Israelo-Árabe a Ocidente; Irão, Iraque e Afeganistão no Sudoeste; Paquistão, Índia e Sri Lanka, no subcontinente indiano; China-Paquistão face à Rússia-Índia, mais a Oriente; mar da China Meridional, Insulíndia e península da Indochina, a Sueste.

Neste continente estão situadas quatro potências nucleares (Rússia, China, Índia e Paquistão) e outras quatro que poderão ser, ou tentam ser, admitidas no clube nuclear: Israel, Irão, Iraque, Coreia do Norte.

Alguns destes conflitos, a ocorrerem, poderão acabar por envolver países amigos de uma ou outra parte, embora se admita que não há mais ambiente para se desenvolverem solidariedades passíveis de provocar uma guerra generalizada.

Após a queda do Muro de Berlim, só um ou, se aceitarmos as declarações do Presidente dos EUA, só dois conflitos se poderão classificar como "guerra". Foram a guerra do Golfo Pérsico para a libertação do Kuwait, no início da década de 90, e a "anunciada" guerra contra o terrorismo global, no início do terceiro milénio.

Por outro lado, na grande maioria das intervenções militares das últimas décadas não interessou a vitória porque o objectivo político que ditou a intervenção era limitado e não impunha a derrota de um Estado ou o aniquilamento da sua capacidade militar. A última vez que tal tinha acontecido fora na II G.G., em relação à Alemanha, na Europa, e ao Japão, no Pacífico.

A "derrota do inimigo" como objectivo da guerra reapareceu agora em relação ao Governo Talibã e à organização terrorista Al Qaeda ou, no Próximo Oriente e segundo o entendimento do Governo de Israel, em relação às organizações terroristas política e materialmente apoiadas por Yasser Arafat.

8.

As implicações das grandes mudanças sobre o poder naval

Na utilização do poder naval sentem-se com maior evidência as dúvidas quanto ao carácter extraordinário da actual revolução dos assuntos militares.

O poder naval norte-americano é impressionante em relação ao de qualquer outra nação, mesmo em comparação com o poder naval da Rússia, ainda importante mas muito inferior ao que era nos tempos da União Soviética.

Independentemente das características dos meios navais, de avaliação fácil, restam dúvidas quanto ao comportamento da componente humana e à utilização que ela fará dos sistemas e equipamentos sofisticados postos à sua disposição.

Baseados na experiência podemos reconhecer que os ingleses sempre utilizaram o poder naval com elevado profissionalismo e grande eficiência, que os russos nunca foram testados desde 1904-1905, altura em que, por circunstâncias várias, fracassaram, etc..

Os Estados Unidos foram uma das potências que mais desenvolveu as operações navais na Segunda Guerra Mundial e, a partir daí, foram a única potência que permanentemente recorreu ao poder naval, no desenvolvimento da sua estratégia nacional.

Porém, tirando aspectos temporários e muito limitados como, por exemplo, a guerra de minas durante a Guerra da Coreia de 1950 a 1953, tem utilizado com muita frequência a sua extraordinária capacidade naval para a dissuasão durante a Guerra Fria, para acções de presença

naval, de interposição, de projecção de poder e, principalmente, para atacar a terra a partir do mar.

Não houve uma única batalha naval desde a Batalha do Pacífico de 1942 a 1945 e é mesmo natural que um conflito deste tipo, se vier a ocorrer, seja apenas entre potências de terceira grandeza como, por exemplo, a Índia e o Paquistão ou entre os países que reivindicam direitos soberanos sobre os arquipélagos do Mar da China Meridional.

Mas, mesmo os Estados Unidos, apesar do emprego intenso que têm dado à sua Marinha, não têm apresentado qualquer alteração importante na arte da guerra do mar.

O Vice-Almirante William Owens, propõe uma das versões da “revolução nos assuntos militares” baseada na capacidade de análise do extraordinário volume de informações obtido a partir dos sistemas de recolha de informações, satélites, veículos não tripulados e localização remota de equipamentos acústicos, enfim, no que designou por “sistema dos sistemas”.

Ao analisar a proposta do Almirante Owens, o professor Eliot Cohen conclui que esta *versão da revolução militar está inteiramente focada na tecnologia e não em aspectos menos tangíveis da arte da guerra* ²⁵.

Olhando para o panorama geral europeu, o Secretário-Geral da NATO, queixa-se das dificuldades de organizar um sistema militar europeu de segurança e defesa, comentando:

Há dois milhões de soldados em uniforme. O problema é que ainda temos dificuldade em arranjar 30.000 para missões de manutenção da paz no Kosovo, e isto acontece porque ainda estão orientados para a Guerra Fria — forças de conscritos, formações de carros de combate, armamento pesado — e isto não mudou.

...Os europeus estavam cem por cento presos à defesa territorial” ²⁶.

Indubitavelmente, também estas preocupações não se aplicam ao factor naval, quer pela natureza dos meios, quer pelas características das missões que lhes cumpre efectuar.

²⁵ Cohen, Eliot A., *A Revolution in Warfare*, **Foreign Affairs**, vol. 75, n.º 2, Março/Abril 96, p. 40.

Ao tratar da reestruturação das Forças Armadas para uma indispensável adequação às tecnologias e ao pensamento dos tempos de hoje, cita-se sempre a necessidade de dotar as forças de uma maior flexibilidade (face à diversidade dos ambientes onde poderão ter que actuar), mobilidade (por serem cada vez mais imprevisíveis os locais de conflito), prontidão (por os conflitos acontecerem com curto alerta prévio), efectivos mais reduzidos e armamento mais ligeiro (para facilitar o transporte/projecção de poder e porque a superioridade tecnológica o permite e aconselha) ²⁷.

Também isto nada trás de novo às forças navais, a não ser na formação dos grandes grupos de navios constituídos em redor de porta-aviões para o domínio de *choke points* e de áreas vitais, ou ainda para o mais frequente e generalizado emprego da arma submarina.

E a prova de que estes conceitos não são novos para o poder naval, basta recordar umas passagens da Lição Inaugural proferida pelo signatário no Instituto Superior Naval de Guerra, há já 20 anos ²⁸:

O grau de prontidão operacional das unidades navais, mesmo quando se encontram nos portos, permite uma reacção imediata, em confirmação ou reforço da atitude política inicialmente assumida. E não coloca o poder político perante uma situação irreversível...

A mobilidade é outra característica importante do poder marítimo. Os navios são unidades que podem ser desviadas das suas missões e reagrupadas de acordo com as conveniências...

O emprego das unidades navais proporciona também uma grande flexibilidade. A graduação do poder é conseguida pelo número e natureza dos navios utilizados... Outro aspecto desta flexibilidade é a facilidade de graduação da velocidade. Sem que seja necessário alterar a atitude

²⁶ Robertson, Lord George, Secretário-Geral da NATO, entrevista à **Newsweek**, 27 (?) de Maio de 2002, p. 68.

²⁷ Sempre pensando na situação actual, verifica-se que "o novo terrorismo inverteu o princípio convencional que, nas operações militares, as forças ofensivas têm que ser três vezes mais fortes do que as defensivas", Bremer III, L. Paul, *A New Strategy for the New Face of Terrorism*, **The National Interest**, Washington, n.º 65-S, Thanksgiving 2001, p. 25.

²⁸ Sacchetti, António E., *A Condução de Crises e o Poder Marítimo*, Lição Inaugural do Ano Lectivo 1982-1983, Instituto Superior Naval de Guerra, Lisboa, publicada também em **Temas de Política e Estratégia**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1986, pp. 90 e 91.

política inicialmente assumida, uma redução de velocidade proporciona o prolongamento da acção diplomática, enquanto que o aumento de velocidade pressiona o andamento das conversações.

O último aspecto da flexibilidade do poder naval está relacionado com o tipo de navios, submarinos ou navios de superfície, que poderão ser utilizados conforme se julgue conveniente manter discreta ou evidenciar a presença naval.

Claro que para além disto há a referir o ambiente em que as acções navais se desenvolvem, o mar largo, internacionalmente reconhecido como mar livre.

O que interessa é dispor de navios com armas, sensores e sistemas de comando, control e comunicações tecnologicamente avançados e saber se a área de operações é dominada ou não por forças antagonistas. Caso afirmativo, mais uma vez, dominará quem dominar a tecnologia.

9.

O caso português

É neste ambiente de rápida evolução tecnológica na indústria militar e de redefinição conceptual da arte da guerra que Portugal procura adaptar todo o quadro legislativo referente à Defesa Nacional, reestruturar as Forças Armadas e ainda recuperar o enorme atraso na modernização dos meios.

E há que fazê-lo quando o país atravessa um período de grandes dificuldades financeiras.

A história repete-se, embora as circunstâncias em que os mesmos fenómenos se desenvolvem sejam sempre diferentes e diferentes tenham também que ser as soluções.

Num trabalho do General Morais Sarmiento de há cem anos, lá encontramos as três variáveis fundamentais do problema equacionado hoje: a necessidade de participar em alianças, as dificuldades perante o desenvolvimento tecnológico e a debilidade financeira.

Justificando o interesse da Aliança Luso-Inglesa, dizia o General Morais Sarmiento, em 1903:

*Supôr também, o paiz entregue unicamente ás próprias forças, e pensar abstractamente em o tornar por igual resistente onde quer que haja possibilidade de ser o ataque pronunciado, póde significar uma aspiração generosa, mas seria sempre uma louca empresa, de exito nefasto, **dada a limitação dos effectivos de guerra e dos recursos financeiros de que dispõem as nações, ainda as mais ricas, e os formidáveis***

progressos com que as sciencias e industrias incessantemente contribuem para o esplendor da arte militar ²⁹.

Mas, ao contrário do que aconteceu no princípio do século passado nunca como hoje as Forças Armadas foram tão frequentemente utilizadas pelas políticas externas, nacional e comum. E têm-no vindo a fazer com sacrifícios suportados pela própria Instituição Militar, mas também com eficiência, brio e dignidade.

Porém, pelo menos na última década, nunca as Forças Armadas foram tão ignoradas pelo poder político, tanto no que se relaciona com a defesa do seu prestígio como na aquisição das capacidades necessárias ao cumprimento das suas missões, ou até na manutenção das capacidades que existiam.

Esperemos que 2002 seja o ano de inversão da tendência negativa que já se vinha manifestando há quase uma dezena de anos.

²⁹ Sarmento, General José Estevão Morais, ***A Defesa das Costas de Portugal e a Aliança Luso-Inglesa***, Lisboa, Livraria Ferin, 1903, p. 2 (sublinhado acrescentado).

10.

A Marinha. O modelo

Há um aspecto que se deve incluir no âmbito do desenvolvimento dos novos conceitos do planeamento de forças e que é grato à Marinha referir.

Como escreveu o Almirante Lopo Carajabille na Revista da Armada:

Os Estados Unidos da América, para surpresa de alguns, adoptaram recentemente ('Quadrennial Defense Review', 30SET 2001) o modelo de planeamento de forças com base em capacidades, abandonando em consequência o método baseado na ameaça. À primeira vista pode pensar-se que tal opção decorre dos acontecimentos de 11SET passado. Mas não é exactamente assim.

Com efeito, o citado documento refere que a viragem conceptual vinha sendo desenvolvida há bastante tempo e os eventos terroristas que abalaram a superpotência apenas confirmaram a necessidade da mudança ³⁰.

Quase ao mesmo tempo, a NATO estabeleceu as 'propostas de forças' com base no conceito da Iniciativa de Capacidades de Defesa (DCI – Defence Capabilities Initiative).

Ora a Marinha já vem adoptando esta abordagem por capacidades desde a década de 90.

³⁰ Cajarabille, CALM V. M. B. Lopo, *Capacidades, Virtualidades e Necessidades*, **Revista da Armada**, Lisboa, Marinha, Março de 2002, pp. 4 e 5.

No planeamento que vem sendo elaborado e cujas conclusões são do conhecimento do Governo há alguns anos, a Marinha considerou as 12 seguintes capacidades para a Componente Naval do Sistema de Forças Nacional (SFN):

1. Capacidade de Comando e Controlo
2. Capacidade submarina
3. Capacidade oceânica de superfície
4. Capacidade de projecção de força
5. Capacidade de guerra de minas
6. Capacidade de reserva de guerra
7. Capacidade hidrográfica e oceanográfica
8. Capacidade de fiscalização
9. Capacidade de assinalamento marítimo
10. Capacidade de combate à poluição
11. Capacidade do Sistema de Autoridade Marítima
12. Capacidade da componente fixa

Para cada capacidade a Marinha definiu com algum detalhe e mantém actualizada a lista de potencialidades e de vulnerabilidades que o sistema apresenta.

A abordagem por capacidades é especialmente útil quando as ameaças são incertas, difusas e de natureza muito variada ³¹, dificultando a análise das intenções e a previsão da evolução das áreas de instabilidade. Consequentemente será também difícil a elaboração de cenários.

Não se pretendendo fazer aqui uma análise do planeamento de forças da Marinha, apresentam-se, no entanto, umas considerações muito gerais sobre o modelo da Marinha e os problemas com que se debate neste momento.

O modelo desejado para a Marinha portuguesa, ou seja, para a componente naval do Sistema de Forças Nacional (SNF), é o que existe actualmente.

A Marinha portuguesa não deverá reduzir-se a uma Guarda Costeira, nem a uma Marinha exclusivamente de “brown water”.

³¹ Cajarabille, CALM V. M. B. Lopo, op. cit..

Por outro lado, a Marinha portuguesa não poderá nem pretende dispor de navios de maior porte dos que hoje possui ou tem projectado.

Assim, o modelo desejado para a Marinha portuguesa é o de uma marinha de alto mar com uma componente de unidades de menor tonelagem para actuar nas áreas mais restritas das águas de jurisdição nacional e do mar interterritorial e composta fundamentalmente por elementos dos seguintes tipos de meios:

- a) Fragatas de porte semelhante ao das "Vasco da Gama", para missões conjuntas da NATO, da ONU, da OSCE ou, futuramente, da União Europeia. Poderão cumprir ainda missões de interesse exclusivamente nacional, nomeadamente junto dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), como aconteceu recentemente na Guiné e em Timor;
- b) Patrulhas adequados ao mar da costa do continente e das regiões autónomas, para acções de patrulha, de vigilância, de fiscalização, de segurança, de salvação marítima e outras missões de interesse público atribuídas à Marinha e confirmadas pelo Governo em legislação recentemente publicada;
- c) Navio polivalente logístico para a projecção de poder fora do mar português, para apoio à esquadra em missões longínquas ou prolongadas, e ainda para participar em missões de apoio às comunidades portuguesas no estrangeiro ou aos países da CPLP;
- d) Submarinos de propulsão convencional, meios por excelência para a luta anti-submarina e anti-superfície, podem cumprir uma vasta gama de missões também atribuídas às unidades de superfície já referidas e são usados para protecção dos meios empenhados na projecção de poder e ainda para, se necessário, dissuadir ou negar o uso do mar de jurisdição nacional e do mar interterritorial a forças hostis;
- e) Um conjunto de navios ao serviço da oceanografia e da hidrografia, sendo adequados os existentes; está um dos dois navios em fase apetrechamento e as lanchas preparam-se para a modernização;

f) Uma última componente constituída pelo Corpo de Fuzileiros e pelos Destacamentos de Mergulhadores Sapadores.

Embora se reconheça o valor de uma capacidade de guerra de minas, que Portugal já possuiu, considera-se que nas circunstâncias actuais a necessidade de navios de contramedidas de minas não é prioritária, propondo-se que seja apresentada apenas em 2018.

O lançamento de minas é garantido por corvetas da classe “João Coutinho”. Quando estes navios forem abatidos terá que se encarar uma alternativa.

Assim, para a componente naval do Sistema de Forças Nacional, o problema não consiste na definição do modelo, nem tão pouco na aquisição de novas capacidades, mas sim na substituição de uma Esquadra que lamentavelmente se deixou envelhecer e atingir a obsolescência, quer porque as unidades não foram oportunamente substituídas, quer porque as modernizações foram insuficientes.

O único passo notável na valorização da Esquadra ocorreu há cerca de uma dúzia de anos, com a aquisição das novas fragatas da classe “Vasco da Gama”, que embarcam helicópteros como meios orgânicos, helicópteros que sempre se reconheceu serem em número insuficiente.

As fragatas dispõem de equipamento e espaço adequado ao comando de uma força naval do nível de grupo-tarefa nacional ou NATO, responsabilidade já assumida por duas vezes no comando da STANAVFROLANT, nos anos de 1995/1996 e 2001/2002.

Salientam-se dois aspectos resultantes da aquisição destes navios: a recuperação, quase quarenta anos depois, da componente aero-naval da Marinha, muito limitada mas a necessária, e o facto de o Sistema Integrado de Comunicações (SIC) ser de arquitectura totalmente nacional e de alto valor, como o comprova o facto de ter sido adquirido por quatro Marinhas estrangeiras, entre elas a britânica, a holandesa e a espanhola.

A situação de obsolescência dos navios e os custos elevados de manutenção de unidades tão velhas é de tal modo dramático que a Marinha, neste momento, terá que dar prioridade ao esforço para garantir a operacionalidade de um pequeno núcleo militar da Esquadra composto pelas três fragatas da classe “Vasco da Gama” e respectivos helicópteros orgânicos, pelos dois submarinos que restam e pelo navio reabastecedor.

No que se refere à situação da Esquadra e às propostas ou projecto para a renovação das principais unidades, poderá, resumidamente, indicar-se:

- 3 fragatas (FF) da classe “Vasco da Gama” — estão perto da meia idade, aproximando-se a primeira modernização;
- 5 helicópteros orgânicos das FF classe “Vasco da Gama” — indispensável a aquisição de mais 3 unidades;
- 3 fragatas (FF) da classe “João Belo” (eram 4, foi abatida a “Roberto Ivens”) — com perto de 33 anos, a substituir a partir de 2010 por 3 fragatas, sendo 2 de defesa aérea e 1 anti-submarina;
- 2 submarinos (SSK) da classe “Albacora” (eram 3, foi abatido o “Albacora”) — com 33 anos, estando considerada a substituição por 3 novas unidades;
- 9 corvetas (FS), 3 da classe “Baptista de Andrade” com 28 anos (eram 4, foi abatida a “Oliveira e Carmo), 6 da classe “João Coutinho”, com 32 anos — em processo de substituição por 10 navios patrulhas oceânicos (NPO);
- 8 patrulhas (PB) da classe “Cacine” — com idades entre 29 e 33 anos, a substitui pelos novos patrulhas (NPO) já referidos quando da substituição das corvetas;
- 2 patrulhas (NPO) — a construir com financiamento a 50 % pela União Europeia, 1 para a fiscalização da pesca e o outro para o combate à poluição;
- 1 navio polivalente logístico — em processo de aquisição;
- 1 navio reabastecedor de esquadra (AOR) “Bérrio” — a ter que ser substituído a curto prazo (era um navio antigo da Marinha Mercante);
- 1 navio balizador e de combate à poluição (ABU) “Shultz Xavier” — com 30 anos, sendo necessária a sua substituição a curto prazo;
- 7 lanchas (PBF) da classe “Argos” — duas foram recentemente aumentadas ao efectivo;
- 4 lanchas (PBR) da classe “Centauro” — recentemente aumentadas ao efectivo, para substituir as da classe “Albatroz”;

- 2 navios hidrográficos (AGS) “D. Carlos I” e “Almirante Gago Coutinho” — o último, que substitui o “Almeida Carvalho”, está em fase de apetrechamento;
- 2 lanchas hidrográficas (AGSC) “Andrómeda” e “Auriga” — com perto de 13 anos de idade.

Quanto aos recursos humanos, após reduções sucessivas de pessoal militar e partindo do princípio que se manterá o nível de cerca de 11 mil militares indicado no Sistema de Forças Nacional aprovado em 1997, a atingir em 2010, pode admitir-se que será compatível com as necessidades, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Já no que se refere aos recursos financeiros, é absolutamente indispensável inverter a tendência negativa dos últimos orçamentos e dotar a Marinha não só dos meios financeiros necessários à substituição e modernização dos meios navais, como à manutenção de um nível operacional e de treino aceitáveis e ainda à resolução de alguns problemas pendentes relativos a remunerações do pessoal e ao sistema de incentivos do regime de voluntariado e contrato.

Uma outra grande preocupação é a falta de capacidade financeira para repor os níveis mínimos de sobressalentes e para atingir os números de alguns *items* de armamentos recomendados pela NATO.

Em relação às infra-estruturas (incluídas na Capacidade da Componente Fixa) e tendo em vista a melhoria do funcionamento dos comandos e serviços, por um lado, e a economia de meios humanos e materiais, por outro, a Marinha tomou algumas iniciativas importantes, nos últimos anos.

Concentrou em Alcântara a chefia da Direcção do Serviço do Pessoal e todas as suas Repartições que estavam dispersas por diferentes pontos das duas margens do Tejo, com evidente melhoria da eficiência e razoável economia de pessoal, contribuindo ainda para valorizar muito as Instalações Navais de Alcântara.

Está em curso o reordenamento do Parque Escolar, com concentração das Escolas na margem Sul do Tejo e abandono do polo de Vila Franca de Xira.

Está também em andamento o programa de automatização e modernização das Estações Radionavais e dos Centros de Comunicações, o que permitirá manter a interoperabilidade com os sistemas NATO. A

reestruturação das estações inclui a desactivação das estações "Almirante Ramos Pereira" e "Sagres" o que, mais uma vez, permitirá uma substancial redução de pessoal especializado. Admite-se, mais tarde, que a principal estação do Continente passe para as actuais instalações da NATO da Fonte da Telha e de Coima, com o possível abandono das estações de Algés e de Monsanto ³².

Considerando que a Marinha necessita e vai conservar o arsenal junto à base naval, prossegue o programa de reestruturação do Arsenal do Alfeite, tendo em vista a melhoria da sua eficiência e eficácia, com redução de pessoal e diminuição de despesas fixas ³³.

No que se refere ao quadro legislativo, foi determinada pelo Ministro da Defesa Nacional uma ampla revisão dos diplomas fundamentais, o que, certamente, provocará a necessidade de alteração da legislação que lhe está subordinada, incluindo legislação específica da Marinha.

Reconhecendo a importância desta revisão, não serão portanto oportunas outras considerações sobre esta matéria.

No entanto, salienta-se que *foi recentemente estabelecido um novo enquadramento conceptual para o Sistema da Autoridade Marítima e um novo regime orgânico para a Autoridade Marítima. O novo modelo reconheceu a intervenção da Marinha nas missões de interesse público e atribuiu ao capitão do porto um conjunto de competências de maior relevância no exercício da Autoridade do Estado, embora assumindo uma nova metodologia de intervenções no porto e nas áreas de jurisdição marítima* ³⁴.

Também nesta área de acção se mantém o modelo de competências e responsabilidades que tem vindo a permitir à Marinha servir o Estado e a Nação, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz.

³² Cf. Cabeçadas, Almirante José Manuel Mendes, Chefe do Estado-Maior da Armada, Discurso do dia da Marinha, 20 de Maio de 2002.

³³ Cf. Cabeçadas, Almirante Mendes, op. cit..

³⁴ Cabeçadas, Almirante Mendes, op. cit.,

Bibliografia e referências:

- Bacevich, Andrew J., *Policing Utopia*, **The National Interest**, Washington, Summer 1999, pp. 5 a 13.
- Betts, Richard K., *The Lesser Evil*, **The National Interest**, Washington, n.º 64, Summer 2001, pp. 53 a 65.
- Bremer III, L. Paul, *A New Strategy for the New Face of Terrorism*, **The National Interest**, Washington, n.º 65-S, Thanksgiving 2001, pp. 23 a 30.
- Cabeçadas, Almirante José Manuel Mendes, Chefe do Estado-Maior da Armada, *Discurso do Dia da Marinha*, Lisboa, 20 de Maio de 2002.
- Cajarabille, C. Almirante V. M. B. Lopo, *Capacidades, Virtualidades e Necessidades*, **Revista da Armada**, Lisboa, Março de 2002, pp. 4 e 5.
- Cohéh, Eliot A., *A Revolution in Warfare*, **Foreign Affairs**, Nova Iorque, vol. 75, n.º 2, Março/Abril de 1996, pp. 37 a 54.
- Ikenberry, G. John, *Getting Hegemony Right*, **The National Interest**, Washington, n.º 63, Spring 2001, pp. 17 a 24.
- Kissinger, Henry, *America at the Apex — Empire or Leader ?*, **The National Interest**, Washington, n.º 64, Summer 2001, pp. 9 a 17.
- Krepineviche, Andrew F., *Cavalary to Computer — The Patern of Military Revolutions*, **The National Interest**, Washington, n.º 37, Fall 1994, pp. 30 a 42.
- Mearsheimer, John J., *The Future of the American Pacifier*, **Foreign Affairs**, Nova Iorque, Vol. 8, n.º 5, Setembro/Outubro 2001, pp. 46 a 61.
- Moisi, Dominique, director adjunto do IFRI (França), *entrevistado por Leonídio Paulo Ferreira*, **Diário de Notícias**, Lisboa, 17 de Maio de 2002, p. 14.
- Monjardino, Miguel, *Adeus às Armas ?*, **Diário de Notícias**, Lisboa, 20 de Abril de 2002.
- Panikkar, Raimon, **A Trindade**, Lisboa, Editorial Notícias, 1.ª ed., Fevereiro de 1999, 131 pp..
- Paris, Roland, *Human Security*, **International Security**, MA. EUA, vol. 26, n.º 2, Fall 2001, Cambridge, MIT Press, pp. 87 a 102.
- Posen, Barry R., *The Best Defense*, **The National Interest**, Washington, n.º 67, Spring 2002, pp. 119 a 126. Muito boa, e extensa recensão da obra de Mearsheimer, Jonh J., **The Tragedy of Great Power Politics**, Nova Iorque, W.W. Norton, 2001, 448 pp..
- Robertson, Lord George, *entrevista à revista Newsweek*, Nova Iorque, 27 (?) de Maio de 2002, p. 68.
- Sacchetti, V. Alm. António Emílio, *A Condução de Crises e o Poder Marítimo*, Lição Inaugural do Ano Lectivo 1982-1983, Lisboa, Instituto Superior Naval de Guerra, também publicada em **Temas de Política e Estratégia**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1986, pp. 85 a 98.
- Sarmento, General José Estevão Morais, **A Defesa das Costas de Portugal e a Aliança Luso-Inglesa**, Lisboa, Livraria Ferin, 1903, 355 pp.+xiii+6 estampas.

Suntherland, Peter, entrevista ao **Diário de Notícias**, 17 de Junho de 2002, pp. 8 e 9.
Telo, Prof. Doutor António José, *A Guerra do Século XXI e a Nova Ordem Internacional*, **Política Internacional**, Lisboa, n.º 24, Outono-Inverno 2001, pp. 21 a 40.

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Os EUA e a Europa. O fosso das capacidades	7
3. Os EUA e a Europa. O fosso da credibilidade	11
4. Os EUA e a Europa. O fosso conceptual	15
5. O controlo político das operações militares	17
6. A militarização da política externa norte-americana.....	19
7. Para além da região euro-atlântica	21
8. As implicações das grandes mudanças sobre o poder naval.....	25
9. O caso português.....	29
10. A Marinha. O modelo	31
Bibliografia	39